- 4) Autorizar para o ensino básico, ao nível do ensino oficial e do ensino particular e cooperativo, as permutas de frequência da disciplina opcional e de língua estrangeira;
- 5) Autorizar, no âmbito do ensino oficial e do ensino particular e cooperativo, transferências, matrículas, renovação de matrículas ou inscrição para matrículas depois de expirados os prazos legais;
- 6) Autorizar as matrículas no 1.º ciclo do ensino básico em estabelecimentos de ensino fora da área de residência do aluno;
- 7) Autorizar transferências a alunos matriculados no 1.º ano de escolaridade, desde que seja comprovada a mudança de residência;
- 8) Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de Agosto, o adiamento da primeira matrícula no 1.º ciclo do ensino básico, bem como o ingresso um ano mais cedo no regime educativo comum às crianças que revelem uma precocidade global que o aconselhe;
- 9) Autorizar a revalidação de matrícula anulada pelo não pagamento de propina ou de prémio de seguro escolar;
- 10) Autorizar a quarta matrícula num mesmo ano e curso, quando a mesma for permitida nos termos legais e mediante parecer do órgão responsável pela gestão da escola;
- 11) Autorizar a deslocação ao estrangeiro de alunos participantes em actividades de intercâmbio e gemação transnacional ou em visita de estudo;
- 12) Autorizar visitas de estudo no País com duração superior a três dias lectivos;
- 13) Autorizar a participação de alunos em jornadas, intercâmbios e peditórios levados a efeito em território nacional;
- 14) Autorizar a realização de estudos de índole científica relacionados com a problemática escolar, desde que não prejudiquem o normal funcionamento das actividades escolares;
- 15) Autorizar a deslocação de alunos com necessidades educativas especiais a consultas de apoio no âmbito de instituições de educação especial;
- 16) Autorizar o encaminhamento de alunos do regime educativo especial para instituições de ensino especial, desde que seja aconselhável esse encaminhamento e mereça a concordância de todos os intervenientes no processo educativo do aluno;
- 17) Aprovar os planos de actividades das equipas de coordenação dos apoios educativos;
- 18) Assegurar e acompanhar as actividades de educação física e desporto escolar, colaborando com os serviços centrais competentes na definição de prioridades neste domínio;
- 19) Autorizar os pedidos de avaliação final dos 1.º e 2.º ciclos do ensino recorrente fora da época normal e emitir os respectivos certificados;
- 20) Emitir os certificados e diplomas respeitantes aos cursos do ensino recorrente e de educação extra-escolar;
- 21) Dar parecer sobre pedidos de dispensa de habilitações literárias para efeitos de promoção ou de manutenção no emprego e emitir certidão da respectiva dispensa, após autorização superior.

II — Consideram-se expressamente ratificados todos os actos praticados desde 21 de Julho de 2004 pela directora de serviços Pedagógicos, Acção Social e Desporto Escolar no âmbito dos poderes agora delegados e subdelegados.

6 de Janeiro de 2005. — O Director Regional de Educação do Algarve, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Despacho n.º 1962/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, conjugado com o n.º 14.º da Portaria n.º 611/2004, de 3 de Junho, e com os n.ºs 5 e 7 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, determino pelo presente despacho a criação das unidades orgânicas flexíveis — divisões — e as respectivas competências que passam a integrar as direcções de serviços da Direcção Regional de Educação do Algarve:

1 — A Direcção de Serviços Pedagógicos (DSP) compreende a Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico.

2 — À Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico são atribuídas, em particular, as seguintes competências:

- a) Assegurar a implementação de novas orientações pedagógicas e didácticas de política educativa e de formação, incluindo programas de formação vocacional, pessoal e social, do ensino artístico, da ocupação dos tempos livres e das bibliotecas escolares;
- b) Apoiar as escolas na apresentação de projectos e intercâmbios, nacionais e internacionais, de molde a proporcionar trocas de experiências e enriquecimento pedagógico.

3 — A Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF) compreende a Divisão de Gestão Orçamental e Financeira.

4 — À Divisão de Gestão Orçamental e Financeira são atribuídas, em particular, as seguintes competências:

- a) Processar vencimentos, salários, abonos e outras prestações complementares;
- b) Informar sobre a legalidade e o cabimento orçamental de documentos de despesa e assegurar o seu processamento, liquidação e pagamento;
- c) Elaborar propostas de orçamento de funcionamento e de investimento, alterações orçamentais e reforços e acompanhar a sua execução;
- d) Elaborar a conta de gerência e submetê-la a aprovação do Tribunal de Contas;
- e) Organizar e gerir procedimentos relativos a apoios financeiros de qualquer natureza instruídos nos respectivos sectores.

7 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas de Manteigas

Aviso n.º 730/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas, para consulta, nos locais habituais, as listas de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento de Escolas referentes a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Renato de Jesus Madeira Alves*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Agrupamento de Escolas de Alcochete

Aviso n.º 731/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, no *hall* de entrada da escola sede, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento de Escolas reportada a 31 de Dezembro de 2004.

O pessoal não docente dispõe de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

7 de Janeiro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Augusta Alves*.

Agrupamento EB1/J. I. Almeirim/Tapada

Aviso n.º 732/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada para consulta, na secretaria, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento, com referência a 31 de Dezembro de 2004.

O pessoal não docente dispõe de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso para reclamação à presidente do conselho executivo.

13 de Janeiro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Teresa de Jesus Carneiro Mendes de Freitas Lopes*.

Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho

Aviso n.º 733/2005 (2.ª série). — De acordo com o n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informa-se o pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho que se encontra afixada a lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2004 na sala do pessoal não docente.